



O PROFESSOR E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ENTRE DESAFIOS E VIVÊNCIAS

Cleberon Vieira de Araújo

Doutorando em Educação - Universidade Tecnológica Intercontinental

E-mail: cleberon_cva@hotmail.com

RESUMO: No Brasil a educação inclusiva passa a ser cada vez mais um tema discutido para além da academia. Com leis específicas, o aluno com deficiência é recebido em escolas regulares de todo o país, ainda que essa não esteja bem preparada para recebê-lo. Logo, esse breve trabalho tem por objetivo geral entender como estamos vivenciando a temática da inclusão nas escolas. O tema se justifica por ser cada vez maior o número de alunos com deficiências incluídos no ambiente escolar convencional. A metodologia empregada utiliza as experiências vinculadas a vivência do tema juntamente com a observação e revisão da literatura disponível, em uma pesquisa qualitativa que ao apontar os principais impasses da atuação de professores e a interação dos alunos frente a essa realidade, busca entender melhor o cotidiano da inclusão no âmbito da educação nacional.

Palavras-chave: Educação inclusiva, Alunos, Professores, Escolas.

INTRODUÇÃO

No Brasil e no mundo se discute o papel das pessoas com algum tipo de deficiência e sua relação com o meio escolar.

Essa relação vem se aprimorando no curso do tempo com a inserção dessas no meio escolar regular, o que vem de encontro às leis que afirmam serem todos iguais perante ela e a educação que se apresenta como sendo um direito de todos.

É notório nos dias de hoje a presença de pessoas com deficiência no meio escolar, bem como dos discursos comuns na escola e dos apresentados pelos professores quanto a não saber como trabalhar com esses alunos ou mesmo que não tiveram uma formação adequada na graduação.

Logo, tem-se como problema geral: Como estamos vivenciando a temática da inclusão nas escolas? E, ao aprofundar o tema chegamos aos problemas específicos que envolvem a temática, qual seja: Como os professores reagem à educação inclusiva?



Como se portam os alunos com deficiência no contexto escolar?

Para atender a esses problemas de pesquisa o presente trabalho tem como objetivo geral entender como estamos vivenciando a temática da inclusão nas escolas, de acordo com a literatura disponível.

E, como objetivos específicos: Entender como os professores reagem à educação inclusiva; Refletir como se portam os alunos com deficiência no contexto escolar.

Neste sentido, tem-se uma temática muito pulsante para debater e estudar tendo em vista que a educação inclusiva, queira ou não, já é uma realidade no meio escolar e devem-se agregar conhecimentos sobre o tema para que com isso se possa proporcionar o cumprimento da lei, gerando qualidade a esses que agora estão inseridos no meio escolar.

Ao abordar uma temática tão ampla e tão presente em nosso meio escolar, procura-se dialogar com autores que escrevem e refletem sobre a temática a exemplo de Ainscow (2009), Ferreira (2009), Couto e Rubio (2014) e Rodrigues (2008).

Com isso, esse trabalho parte da perspectiva da experiência adquirida ao longo do trabalho escolar para juntamente com o referencial teórico analisado traçar um breve panorama da educação inclusiva atrelada a seus desafios e vivências.

METODOLOGIA

A metodologia empregada parte da observação do meio educacional como fonte e inspiração para o desenvolvimento do presente trabalho e, mediante a bibliografia analisada passa-se a entender e dar sentido as observações e impressões de outrora.

Sendo ainda descritiva e qualitativa ao partir do princípio da existência de uma insipiente tentativa de integração de pessoas com necessidades especiais no ambiente escolar convencional.



ANÁLISE DOS RESULTADOS

Ter uma escola aberta a todos, ensinar a alunos inclusos e não mais excluir aqueles considerados “diferentes” é a tarefa cotidiana da escola que, ao mesmo tempo em que inclui, derruba o tabu da famigerada falta de preparo ou estrutura, que ainda se sustenta na comunidade escolar.

Nesse sentido, a inclusão passa a ser mais que um direito, uma necessidade que deve ser atendida e respeitada por todos, inclusive pela escola, por parte dos professores, que devem receber e gerar condições para o bom desenvolvimento do aluno, e ainda por parte da gestão escolar fazendo do ambiente o mais propício possível para receber esse que tanto quer se integrar já que:

[...] de forma quase unânime nos documentos oficiais e no discurso escolar, a ideia de "incluir" é tomada como positiva, e são tomados como positivos o desejo de ser "incluído" e a reivindicação de "inclusão", quando provenientes dos alunos e alunas. O combate aos mecanismos de "exclusão" está presente de forma potente nas falas de muitos atores sociais em educação, e não conseguimos imaginar que no atual momento um professor ou professora inicie uma fala com a frase "eu sou contra a inclusão escolar". (SANTOS, 2011, p. 2171).

Se tratando de definições, existem várias quando se trata de inclusão e essa pode ser definida de forma diferenciada dependendo do especialista, e até mesmo dependendo do país, nesse sentido,

Há uma suposição comum de que inclusão é principalmente acerca de educação de estudantes com deficiência, ou os classificados como portadores de necessidades educacionais especiais, nas escolas regulares. A eficácia desta abordagem tem sido questionada, uma vez que, ao tentar aumentar a participação dos estudantes, a educação enfoca a parte da deficiência ou das necessidades especiais desses estudantes e ignora todas as outras formas em que a participação de qualquer estudante pode ser impedida ou melhorada. (AINSCOW, 2009, p. 15).



Logo, a inclusão é mais que o simples abrir de portas para a entrada desse novo aluno que espera ser aceito, é, no entanto, todo um processo

[...] de transformação de valores em ação, resultando em práticas e serviços educacionais, em sistemas e estruturas que incorporam tais valores. Podemos especificar alguns deles, porque são parte integral de nossa concepção de inclusão; outros podemos identificar com um razoável grau de certeza, com base no que aprendemos a partir de experiências. Isto significa que a inclusão só poderá ser totalmente compreendida quando seus valores fundamentais forem exaustivamente clarificados em contextos particulares. (AINSCOW, 2009, p.21).

Deve-se esclarecer que todos têm o direito a educação e a mesma educação, posto que,

Os objetivos da educação escolar têm se direcionado para a formação do cidadão, contrapondo-se à ênfase ainda predominante na formação para o trabalho. Isso é importante quando pensamos que parte do ensino especial voltado, sobretudo, a pessoas com deficiência intelectual, é feito por meio de oficinas abrigadas. Se é a formação do cidadão, portanto política, que é a meta a ser alcançada, não cabe limitar a educação ao ensino de tarefas simples, o que parece ocorrer nessas oficinas. (CROCHÍK, 2012, p. 40).

No entanto, esse direito nem sempre é atendido e com isso o aluno, que deveria ser incluído, passa a não gozar dos mesmos direitos e vivências onde “mesmo na escola se presentificando muitas tensões e desafios, ela pode se constituir em um espaço de conhecimento capaz de criar alternativas para a garantia de uma proposta de aprendizagem para todos os alunos”. (EFFGEN; JESUS, 2012, p. 21).

Assim, partindo do sentido de inclusão e tendo em vista de que a mesma é um direito, passa-se a perceber a experiência cotidiana de muitos professores acerca da falta de preparo para lidar com alunos que necessitam de mais atenção. Esse problema atrai o medo de não fazer o que deve ser feito e, ao mesmo tempo, o comodismo ou o excesso de trabalho que nos leva a não procurar informações sobre os assuntos que venham a



complementar a formação acadêmica já adquirida.

Destacando esse medo dos professores em pesquisa realizada, Ferreira (2009, p.42) chegou à conclusão de que:

[...] as escolas e os professores se consideram despreparados para receber alunos (as) com deficiência, para inseri-los no contexto e nas atividades escolares e para integrá-los na classe e com os colegas. Os professores parecem acreditar que se dispuserem de seu tempo na classe para apoiar este (a) educando (a), envolvê-lo (a) nas atividades propostas para a turma ou integrá-lo (a) às atividades com os colegas, isto se dará em detrimento dos outros estudantes. Na mesma linha, os pais de alunos (as) com deficiência também consideram que os (as) professores (as) não estão preparados para ensinar seus filhos.

Porém, a explicação do despreparo não pode nortear a educação inclusiva, tendo em vista que se faz obrigatório tanto o preparo do corpo docente como a adaptação da escola para recebimento e integração desses ao grupo. Com isso,

Recusar matrícula, matricular e isolar na sala de aula, impedir o contato com os colegas configuram-se atos discriminatórios e violações graves do direito de qualquer estudante à educação e à convivência em condição de igualdade, conforme já discutido na legislação. O mesmo vale, portanto, para a pessoa com deficiência. Então, a crença no “despreparo da escola e do(a) educador(a)” – já cristalizada no discurso e na cultura das escolas – não se justifica mais, pois “se” as escolas estão despreparadas, seus(suas) gestores(as) deveriam buscar efetivar a preparação docente necessária para “também” escolarizar esses estudantes. Se os(as) educadores(as), contudo, ainda não se sentem confiantes quanto ao seu repertório pedagógico para ensinar estudantes com deficiência, precisam buscar apoio nos colegas docentes, nos próprios estudantes com deficiência e nas suas famílias e também nos outros educandos, para juntos construírem um novo fazer pedagógico que inclua todos(as) nas atividades e na vida escolar. Além disso, os docentes devem exigir da gestão da escola o desencadeamento de ações, em parceria com as secretarias de educação e as organizações do terceiro setor, que contemplem as necessidades docentes. (FERREIRA, 2009, p.43).

Para amparar os professores do ensino regular, já é largamente incentivado o atendimento educacional em libras na escola onde



[...] este atendimento constitui um dos momentos didático-pedagógicos para os alunos com surdez incluídos na escola comum. O Atendimento ocorre diariamente, em horário contrário da aula normal, podendo haver exceções, em algumas escolas, o aluno é retirado da sala para o Atendimento por alguns minutos. A organização didática desse espaço de ensino deve conter o uso de muitas imagens visuais e de todo tipo de referências que possam colaborar para o aprendizado dos conteúdos curriculares em estudo, na sala de aula comum. (COUTO; RUBIO, 2014, p.9).

Logo, o professor que promove a inclusão é, justamente, aquele que procura desenvolver meios de fazer o aluno sentir-se parte de um todo no qual esta inserida, a exemplo do uso de libras onde,

[...] o professor, neste caso precisa criar mecanismos e instrumentos que possam melhor passar seus conteúdos programáticos aos seus alunos e em especial aos alunos inclusos. Ainda, a prática pedagógica deve estar associada ao método de ensino desenvolvido pelo professor que possa estar de acordo com as conformidades da educação inclusiva e de um cotidiano de vida e de vida escolar tanto do professor quanto do aluno. (SANTOS, 2011, p.2170).

Além de problemas relativos à estrutura e a formação dos professores, existem também aqueles que defendem a permanência de uma educação diferenciada tendo em vista que,

[...] apesar do que foi desenvolvido até aqui, que revela o fortalecimento da educação não segregadora, ou educação inclusiva, há de se considerar a existência de fortes pressões a favor de que os alunos com deficiência estudem em instituições especializadas e não na sala de aula regular. (CROCHÍK, 2012, p. 41).

No entanto, mesmo contra aqueles que tendem a propor a segregação,

Há uma tendência crescente de se ver a exclusão na educação de forma mais ampla, em termos de superação da discriminação e da desvantagem em relação a quaisquer grupos vulneráveis a pressões excludentes. [...] Quando usada em um contexto educacional, a inclusão social tende a se referir a questões de grupos cujo acesso às



escolas esteja sob ameaça, como o caso de meninas que engravidam ou têm bebês enquanto estão na escola, crianças sob cuidados (ou seja, aquelas sob cuidados de autoridades públicas) e ciganos/viajantes. Embora comum, a linguagem da inclusão e da exclusão social passa a ser usada mais especificamente para se referir a crianças que são (ou correm o risco de ser) excluídas da escola e salas de aula por causa de seu comportamento. (AINSCOW, 2009, p.16).

E, essa mudança já vem ocorrendo fora e dentro das salas de aulas também, onde não só professores, também os gestores vem rompendo com as barreiras, mas também alunos que superam o preconceito e se abrem para aceitar a todos, onde mesmo as pesquisa atuais,

[...] têm mostrado que há uma tendência de professores e alunos de classes regulares em aceitarem a inclusão de crianças com deficiência; todavia, faltam informações sobre elas e suas condições, faltam informações sobre avaliação, faltam informações sobre práticas pedagógicas... (RODRIGUES, 2008, p.22).

Existe com isso uma onda de inclusão que demonstra a crescente aceitação, ainda que com muitos problemas de estrutura e formação, a todos que procuram a escola na busca de integração social e no campo do desenvolvimento intelectual.

[...] há evidências de crescente interesse na ideia da inclusão educacional. No entanto, esta área permanece confusa quanto às ações que precisam ser realizadas para que a política e a prática avancem. Em alguns países, a educação inclusiva é vista como uma forma de servir crianças com deficiência no ambiente da educação geral. Internacionalmente, contudo, é vista de forma cada vez mais ampla, como uma reforma que apoia e acolhe a diversidade entre todos os estudantes. A educação inclusiva supõe que o objetivo da inclusão educacional seja eliminar a exclusão social. (AINSCOW, 2009, p. 11).

Portanto, entre estrutura e formação de professores, preconceitos e o ato de assegurar os direitos vão caminhando na construção de uma educação mais inclusiva que respeite as limitações e que, ao mesmo tempo, invista sempre nas potencialidades individuais de cada aluno que na verdade representa bem mais do que se pode ver.



CONCLUSÃO

Ao discutir inclusão, chega-se a um momento crucial da educação nacional onde o direito de estudar é verdadeiramente direcionado a todos e, de maneira igualitária.

Mesmo com problemas relativos à estrutura da escola ou mesmo a formação do professor, a escola é obrigada a receber a todos e de forma igualitária gerando com isso condições para o pleno desenvolvimento de todos no ambiente escolar.

É bem verdade que há muito a ser debatido e estudado quando o assunto é a inclusão nas escolas, mas muito já foi feito e hoje se tem todos aqueles que antes eram atendidos em salas especiais ou em separado, dividindo o mesmo espaço com alunos que não possuem limitações de nenhuma natureza.

Portanto, discutir a temática apontando problemas e discutindo possíveis soluções é o início da transformação que tanto se deseja, e devem ocorrer todos os dias em escolas de todo o Brasil a cada momento em que a Lei é cumprida e o direito de estudar em uma escola regular é efetivado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SANTOS, C. M. P. . **O Ensino de História e o Processo de Inclusão Escolar: o ensino de historia a alunos inclusos na rede pública do Estado do Rio de Janeiro.** 2011. Disponível em: Acesso em: www.cih.uem.br/anais/2011/trabalhos/352.pdf. Acesso em 12 de outubro de 2014.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

AINSCOW, Mel. **Tornar a educação inclusiva: Como essa tarefa deve ser conceituada?**. IN: Tornar a educação inclusiva / organizado por Osmar Fávero, Windyz Ferreira, Timothy Ireland e Débora Barreiros. – Brasília : UNESCO, 2009.

FERREIRA, Windzy B. **Entendendo a discriminação contra estudantes com**



deficiência na escola. IN: Tornar a educação inclusiva / organizado por Osmar Fávero, Windy Ferreira, Timothy Ireland e Débora Barreiros. – Brasília : UNESCO, 2009.

COUTO, Leticia Ferreira de; RUBIO, Juliana de Alcântara Silveira. **Libras: uma análise histórica na perspectiva da educação inclusiva.** Revista Eletrônica Saberes da Educação – Volume 5 – nº 1 – 2014. Disponível em: www.uninove.br/marketing/fac/publicacoes.../educacao/v5.../Leticia.pdf. Acesso em: 15 de outubro de 2014.

RODRIGUES, Olga Maria Piazzentin Rolim. **Educação especial: história, etiologia, conceitos e legislação vigente.** In: Práticas em educação especial e inclusiva na área da deficiência mental / Vera Lúcia Messias Fialho Capellini (org.). – Bauru : MEC/FC/SEE, 2008.

CROCHÍK, José Leon. **Educação inclusiva e preconceito: Desafios para a prática pedagógica.** In: O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares Theresinha Guimarães Miranda, Teófilo Alves Galvão Filho. Organizadores. – Salvador: EDUFBA, 2012.

EFFGEN, Ariadna Pereira Siqueira; JESUS, Denise Meyrelles de . **Formação docente e práticas pedagógicas: Conexões, possibilidades e tensões.** In: O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares Theresinha Guimarães Miranda, Teófilo Alves Galvão Filho. Organizadores. – Salvador: EDUFBA, 2012.p.